

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA

João Vitor Martins Silva

**A universidade federal brasileira e a importância da
extensão na perspectiva da educação libertadora**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Licenciatura em
Geografia da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para
obtenção de diploma de graduação.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Regina
Gonçalves

Uberlândia-MG

2023

João Vitor Martins Silva

**A universidade federal brasileira e a importância da
extensão na perspectiva da educação libertadora**

Uberlândia-MG, 21 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves (IG/UFU) - Orientadora

Profa. Dra. Glaucia Carvalho Gomes (IG/UFU)

Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva (IG/UFU)

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2023	<p>Silva, João Vítor Martins, 2001- A universidade federal brasileira e a importância da extensão na perspectiva da educação libertadora [recurso eletrônico] / João Vítor Martins Silva. - 2023.</p> <p>Orientador: Amanda Regina Gonçalves. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Geografia. I. Gonçalves, Amanda Regina ,1979- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Agradecimentos

A todas e todos os professores do Instituto de Geografia que, através de seus ensinamentos, possibilitaram condições para um pensamento crítico se desenvolver e, assim, pensar este trabalho.

Em especial, agradeço à minha professora e orientadora Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves pela confiança, com quem tive a oportunidade de dialogar, construir um pensamento e fundamentar esta pesquisa sempre de maneira muito respeitosa e íntegra e a quem tenho como referência pessoal e profissional.

Agradeço também ao professor doutor Túlio Barbosa, cuja confiança e ensinamentos foram significativos não só para minha construção profissional, mas também crescimento humano. E com quem sempre soube que podia contar com o apoio e motivação. Obrigado pelas conversas, reuniões, risadas, cobranças e humanidade sempre.

Ao Programa de Educação Tutorial de Geografia do Instituto de Geografia (PET/MEC-Geografia), por proporcionar um ambiente facilitador no meu amadurecimento e possibilitar uma formação extra-acadêmica.

À professora Diva Souza Silva do curso de Jornalismo com quem, através da disciplina “Princípios Éticos Freireanos”, tornou possível minha aproximação com os conceitos e ideais de Paulo Freire, impactando diretamente meu pensamento na construção desta pesquisa.

Aos professores doutores Gláucia Carvalho Gomes e Vicente de Paulo da Silva, pessoas responsáveis por tornar ímpar minha formação crítica e por quem tenho muita admiração e gratidão pelas trocas de conversas e confiança.

À coordenação do Curso de Geografia e em especial à secretária Mizmar Couto Andrade Costa, pelo apoio fundamental e excepcional às questões cotidianas da academia, assim como à Jussara Aparecida Sousa Silva, recém-chegada que veio somar com excelência à secretaria de Curso.

Aos professores doutores Mirlei Fachini Vicente Pereira, João Cleps Junior, Rosselvelt Jose Santos, Vanderlei de Oliveira Ferreira cujos trabalhos de campo realizados em suas respectivas disciplinas foram excepcionais para minha formação acadêmica e construção de um pensamento crítico. Destaco também as professoras Ângela Maria

Soares e Adriany de Ávila Melo Sampaio, as quais realizaram os trabalhos de campo que mais me marcaram pessoalmente. Muito obrigado a todos e todas pelo esforço em tornar esses trabalhos de campo possíveis e proporcionarem essa vivência da paisagem aos estudantes, mesmo com todos os percalços orçamentários enfrentados pela universidade.

À Profa. Dra. Maria José Ribeiro da área da Psicanálise e Psicologia, pela disponibilidade em dialogar, a quem sou grato também pela praticidade e sinceridade.

À minha professora supervisora de Estágio 1 e 2 Suely Ap. Gomes Moreira, com quem tive a sorte de dividir a sala de aula e cujos ensinamentos e confiança durante o período de estágio nunca esquecerei.

À minha analista Kamilla Karoline da Cunha, cujo trabalho de escuta psicológica foi imprescindível na minha trajetória não só acadêmica, mas pessoal enquanto ser humano.

À Universidade Federal de Uberlândia, por ser também um ambiente facilitador na minha formação cidadã, humana e profissional. Viver os espaços desta universidade com certeza foi imprescindível para escolher este tema de trabalho. Acessar esse espaço político-público me fortaleceu na luta por uma educação para todos, todas e todes.

Aos integrantes da Banca Examinadora de defesa deste TCC, pela disponibilidade e compromisso com a produção de qualidade de conhecimento.

Aos meus amigos que me apoiaram na escrita desse trabalho, com quem pude compartilhar momentos divertidos nos espaços universitários e extrauniversitários, servindo de inspiração para a escrita.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe Rosângela Aparecida Martins Silva e meu pai Saulo Alves da Silva, por me apoiarem sempre e me proporcionarem uma educação digna e de qualidade, sempre dispostos a me ensinarem e aprenderem mais coisas. A vocês tenho eterna gratidão e respeito por todo o apoio sempre.

Resumo

A universidade se desenvolve apoiada em três papéis fundamentais: o de ensinar, pesquisar, e se comunicar com a sociedade por meio da extensão. Esse meio educacional se constitui, em primeira instância, portanto, como um *espaço para além*, ou seja, um espaço político e público para a produção de ciência, mas também um espaço para coexistir, para viver, para descobrir-se, relacionar-se com as diferenças que ela abriga e também com os acontecimentos, os debates em torno da realidade do mundo em que vivemos. Tendo isso em vista, é importante ressaltar que justamente pelo caráter político, autônomo e humano de sua constituição, entendemos a Universidade Federal brasileira como um espaço público-político sob a perspectiva da educação libertadora dos estudantes e em comunicação permanente com a sociedade. Tendo em vista as opressões geradas na formação estrutural do Brasil, faz parte da justificativa deste estudo compreender também a relação da Universidade Federal brasileira diante dessa formação estrutural desigual a partir do entendimento dessa instituição como um *espaço para além*; posto que o espaço público-político universitário e a sociedade democrática são condições um para o outro, sendo que, dentre os pilares da universidade, é a extensão quem cumpre o papel mais próximo disso. Metodologicamente, decidiu-se analisar, à luz das IFES como um todo, a perspectiva da extensão numa instituição de ensino superior federal localizada no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sobretudo a partir de dados da evolução das ações de extensão nessa instituição, de 2010 a 2022 em associação com dados da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFU). Assim, a UFU demonstra em suas diretrizes e planos e também na quantidade expressiva de ações realizadas e públicos beneficiados através desse período, um compromisso com a o papel da extensão e a busca pela comunicação com a sociedade. Ressalta-se que as universidades precisam de condições de funcionamento para que tais ações aconteçam e os processos de desvalorização do ensino superior público, principalmente os ocorridos nos anos de 2019 a 2022, dificultaram significativamente a manutenção das mesmas. É necessária, assim, a consolidação de políticas públicas federais que estabeleçam a educação como um direito comum a todos, todas e todes, de fato, para que seja possível o caminho de promover uma educação libertadora.

Palavras-chave: universidade pública, educação libertadora, democracia, extensão universitária.

Abstract

The university develops itself based on three fundamental roles: teaching, researching, and communicating with society through outreach. This educational environment is, in the first instance, constituted as a *space beyond*, meaning a political and public space for the production of science, but also a space to coexist, to live, to discover oneself, and to relate to the differences it harbors and also with the events and debates around the reality of the world we live in. In this regard, it is important to emphasize that precisely due to its political, autonomous, and human character, we understand the Brazilian Federal University as a public-political space from the perspective of liberating education for students and in constant communication with society. Given the oppressions generated in the structural formation of Brazil, it is part of the justification for this study to understand the relationship of the Brazilian Federal University to this unequal structural formation, based on the understanding of this institution as a *space beyond*; since the university's public-political space and democratic society are conditions for each other, and among the pillars of the university, extension plays the closest role to this. Methodologically, it was decided to analyze, in light of the Federal Higher Education Institutions as a whole, the perspective of extension in a federal higher education institution located in the Triângulo Mineiro, in the state of Minas Gerais, the Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especially based on the evolution of extension actions in this institution from 2010 to 2022 in association with data from the Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFU). Thus, UFU demonstrates in its guidelines and plans, as well as in the significant number of actions carried out and audiences benefited over this period, a commitment to the role of extension and the pursuit of communication with society. It is emphasized that universities need operating conditions for such actions to occur, and the processes of devaluation of public higher education, especially those occurring from 2019 to 2022, have significantly hindered their maintenance. Therefore, the consolidation of federal public policies that establish education as a common right for everyone is necessary to promote a liberating education.

Keywords: Public University, liberating education, democracy, university extension.

SUMÁRIO

Introdução	9
Universidade pública: um espaço para além	10
Interlocação entre áreas do conhecimento num ambiente facilitador	17
A extensão freireana como manifestação do papel universitário e o caso da Universidade Federal de Uberlândia	20
Considerações finais	31
Referências	33

INTRODUÇÃO

A universidade é uma das mais importantes instituições sociais para o desenvolvimento da humanidade, o que requer sua valorização. Enquanto instituição se desenvolve apoiada em três papéis fundamentais: o de ensinar, pesquisar, e se comunicar com a sociedade por meio da extensão. Foi através das universidades que diversos estudos colaboraram para mudanças tecnológicas, econômicas e sociais. Entretanto, dentre as diferentes naturezas institucionais das universidades, é a Universidade Pública que tem conseguido democratizar o acesso à produção de ciência e aos debates científico-sociais. Dentre elas estão as universidades federais ou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cujo presente estudo destina maior atenção.

Apesar disso, é necessário olhar para essa instituição como um espaço político, onde convivem ideologias e contradições. As universidades abrigam ideais que se transformam em materialidade, como por exemplo quando um governo usa uma pesquisa para guiar suas ações. Em meio a um sistema de produção capitalista imperado pela lógica neoliberal, o espaço universitário torna-se um espaço também de disputas de poder àqueles que o acessam. Se, *em teoria*, a universidade atende a todos e está para todos – como prevê uma democracia – esta, então, não limita sua entrada e não haveria, portanto, exames admissionais que limitassem seu acesso, devendo então haver vagas para todos que quisessem estudar seus cursos. Como já se sabe, isso não é o que ocorre no Brasil, cujo acesso ao sistema de ensino superior público é por meio de processos avaliativos.

Com o cenário de acesso ao debate, à diversidade de ideias e produção do conhecimento, as IFES demonstram-se um forte instrumento na implementação de uma democracia plena. Um mecanismo para este fim é a educação libertadora dos estudantes, que através do contato com o contraditório, o debate e a produção de conhecimentos, proporciona condições para que estes construam coletivamente a possibilidade de uma universidade, verdadeiramente democrática. Desse modo, revela-se a importância de uma prática da liberdade, ou seja, uma educação libertadora. Não obstante, fica clara a necessidade de analisar as ações governamentais que ameaçam sua existência e potência institucional.

Esse trabalho problematiza, por conseguinte, a noção de “democracia liberal” e seus impactos negativos para o espaço público-político da universidade e tem como objetivos específicos, demonstrar a universidade federal enquanto instrumento para a democracia plena; promover a importância do ensino público de qualidade no país; identificar o panorama de ações extensionistas e políticas de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e apontar as problemáticas relacionadas a recentes processos de desvalorização que colocaram em xeque a existência das IFES.

Isso foi feito a partir das associações entre conceitos da geografia, psicanálise e pedagogia, como: espaço político, espaço público, espaço para além, educação libertadora e ambiente facilitador. Ademais, foram analisados dados do Sistema de Informação de Extensão (SIEX) da UFU e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da instituição referente ao período de 2010 a 2022, a fim de conhecer e analisar as ações de extensão feitas por esta instituição, públicos diretamente beneficiados por elas e seus possíveis impactos na sociedade.

Para isso, o trabalho foi dividido em duas seções. Na primeira, “Universidade: um Espaço Para Além”, uma análise foi elaborada das potencialidades configuradas ao espaço público-político das IFES, além de um breve debate acerca do termo “espaço para além”, suas implicações para a análise deste estudo, a fim de compreender as relações entre o sentido público e político dos espaços. Também se elaboraram confluências entre geografia e psicanálise, promissoras à temática da universidade. Na segunda seção, “A extensão freireana como manifestação máxima do compromisso universitário e o caso da Universidade Federal de Uberlândia”, se fez uma concisa análise sobre a extensão na forma de comunicação como ferramenta para a educação libertadora e, por consequência, para a democracia, além de análises acerca das ações extensionistas disponibilizadas pela Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC-UFU) na forma de dashboards com gráficos. Também se refletiu sobre os reflexos do sistema neoliberal enquanto bloqueios orçamentários às universidades federais.

UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESPAÇO PARA ALÉM

A expansão e democratização da universidade no Brasil, sobretudo a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni), iniciado em 2003¹, e que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, conduziu à necessidade das Universidades Federais também ampliarem as políticas de permanência, como as de promoção bolsas de permanência, auxílios financeiros, moradias estudantis, bolsas de pesquisa, cotas, entre outros, como meios de permanência dos novos estudantes nesse ambiente.

As IFES não somente têm conseguido trazer e manter mais pessoas da classe trabalhadora para si por meio desses recursos, como também têm oferecido projetos, ações e programas que promovem uma série de impactos à formação cidadã de seus estudantes contemplados. Esse meio educacional se constitui, em primeira instância, portanto, como um *espaço para além*. Neste trabalho, concebe-se por *espaço para além*, como espaços da instituição universitária federal no Brasil não só entendidos como um espaço público para a produção de ciência, mas também um espaço essencialmente político de coexistência, para viver, para descobrir-se, relacionar-se com as diferenças que ela abriga e também com as contradições, os acontecimentos e o que há no mundo onde vivemos, que, por excelência, constituem os sujeitos e a própria instituição social. Um espaço para além daquilo que está posto na sociedade, que necessita readequar-se aos novos estudantes que agora trazem consigo novos debates, novas vivências, novas exigências. Sem estabelecê-lo pretensiosamente como um conceito para pensar as universidades públicas na atualidade, a intenção é demonstrar como as problemáticas que vêm emergindo nessas instituições a partir da sua expansão e acesso a sujeitos que trazem uma nova configuração social, política e cultural, bem como às novas formas de funcionamento que tendem a valorizar as suas ações extensionistas; portanto, um termo que leve a universidade a refletir constantemente sobre suas práticas.

Considerando a universidade esse “espaço para além”, muitos estudantes do ensino básico público e privado têm, dentre suas expectativas futuras, a possibilidade de adentrar às universidades, sobretudo nas públicas. Apesar disso, IFES têm sofrido com constantes dificuldades, a exemplo de contingenciamentos de verbas por todo o país (ANDIFES, 2022), o que sufoca seus diversos projetos, estudos e até pagamentos básicos, impactando diretamente a sociedade como um todo. No entanto, tais consequências não recaem diretamente aos mais favorecidos economicamente, os quais possuem mais recursos financeiros para se manter nas universidades públicas ou pagar universidades privadas. Ainda hoje, é a classe trabalhadora que mais sofre com essa

¹ Informações sobre o REUNI podem ser acessadas em: reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni.

situação crítica do ensino, diminuindo suas perspectivas de formação inicial e continuada, desenvolvimento do pensamento crítico e acesso a debates que promovem o reconhecimento de opressões a esta mesma classe da sociedade.

Como *espaço para além*, a educação nas universidades públicas também possibilita uma formação para a *autonomia*. Além do contato com o exercício do debate – que por si só é reconhecer quem participa dele como possuidor da palavra e, portanto, sujeito de sua própria história – o acesso a conhecimentos, sobretudo pela perspectiva histórico-crítica, gera impactos na psique do estudante², ampliando horizontes, vieses, perspectivas não somente de sua profissão objeto da formação escolhida, mas de si no mundo.

Bolsas de auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio permanência, auxílio creche, auxílio ao acesso à informação digital, bolsas de extensão, programas de órgãos ligados ao Ministério da Educação, como a Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)³ e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴, programas como Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP), bolsas de monitoria estudantil, participação em laboratórios, estágios remunerados, mobilidades internacionais, participação em eventos acadêmicos, trabalhos de campo e culturais. Esses são alguns dos vários recursos oferecidos pelas universidades federais e estaduais brasileiras para garantir a permanência, interesse, formação e acesso ao espaço da universidade que, inclusive, estabelece diálogos e práticas com o ensino básico. Dessa maneira, estas também são políticas educacionais que fortalecem a *autonomia* que esse *espaço para além* proporciona ao estudante em meio ao neoliberalismo que acompanha o modo de produção capitalista, promovendo não somente recursos financeiros para permanecer nestes espaços políticos, mas oferecendo uma formação cidadã, em contato com a

² De acordo com Martins (2011, p. 212a), “o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social”.

³ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. Em 2007, também passou a atuar na formação de professores da educação básica, conforme o site da CAPES (www.gov.br/capes).

⁴ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, conforme o site do CNPq (www.gov.br/cnpq).

coletividade e diversidade humana, com valorização à autonomia dos que a acessam e dela própria como instituição.

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que justamente pelo caráter político, autônomo e humano de sua constituição, a universidade federal brasileira faz-se sob a forma de um espaço público-político que também pode oferecer novas experiências e perspectivas de vida. Composta por estudantes que vivem seu espaço diariamente e que acabam (em sua maioria) de sair do ensino básico, a universidade federal constitui-se um espaço para além, que pode ser fundamental para as elaborações sobre as desigualdades e proposições de um mundo mais democrático.

É nesse contexto, que se faz necessário entender a relação da universidade federal brasileira com a educação libertadora dos estudantes, compreendendo suas características e papéis frente ao sistema neoliberal que acompanha o modo de produção capitalista. Essa instituição tem o poder de colaborar com o processo de uma educação libertadora do povo brasileiro, fato que contrasta com suas diversas crises que tentam fragilizá-la na atualidade. É imprescindível posicionar-se contra tais ameaças e pôr de ponta cabeça políticas que visam fragilizar e inviabilizar uma das maiores manifestações da democracia: a igualdade de acesso da sociedade à construção do conhecimento e debate sociopolítico.

A democracia demonstra ser uma evolução importante na organização das sociedades humanas. De acordo com Marilena Chaui (2001) ela não é somente a passagem do poder despótico privado, mas também o poder propriamente político como discussão, deliberação e decisão coletiva, que são feitos em público:

Como a universidade se mostra parte integrante e constitutiva do tecido social oligárquico, autoritário e violento que, como vimos, marca a sociedade brasileira? 1. Com relação ao corpo discente: a universidade pública tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de primeiro e segundo graus, a privatização desse ensino, o aumento das desigualdades educacionais e um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior público a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e no segundo grau. Para agravar ainda mais esse quadro, alguns propõem “democratizar” a universidade pública fazendo-a paga, ainda que só devam pagar os “mais ricos”. Procura-se remediar um problema destruindo o princípio ético-democrático do direito à educação (Chaui, 2001, p. 37).

Como a autora menciona, muito se tem discutido acerca da democratização da universidade, mas muitas vezes isso é camuflado por movimentos característicos de sua privatização, conferindo àqueles mais favorecidos economicamente a garantia do acesso

ao debate político e impossibilitando esse acesso à classe mais vulnerável economicamente. Depois, ela ainda reitera que isso destroçaria o princípio ético-democrático do direito à educação, ou seja, em padrões de uma democracia liberal, a universidade constitui-se um espaço destinado aos que a conseguem pagar para acessá-la. É nesse contexto, que passamos a entender essa instituição social como reflexo dos conflitos da sociedade da qual faz parte. Ela não é uma realidade separada, mas uma expressão determinada no decorrer da história por uma sociedade determinada (Chaui, 2001). Daí se confere a necessidade de reafirmar essa instituição como um direito conferido a todos, todas e todes⁵. Ora, se esta instituição é coisa pública, deve-se entender que ela está intimamente relacionada à divisão social do trabalho e à luta de classes, uma instituição onde todos devem ter o direito de produzir saberes e exercer o princípio democrático do poder político de discutir, deliberar e decidir coletivamente. Entretanto, é justamente esse caráter que ameaça transformar uma democracia liberal – onde os privilegiados financeiramente acessam com mais facilidades e, por isso, oprimem – em uma democracia verdadeira, onde os oprimidos⁶ também têm lugar.

Quando se analisa o tema sob uma perspectiva histórica no Brasil, alguns acontecimentos acabam por dar elementos que elucidam as dificuldades de tentar transformações nos espaços educacionais a fim de democratizá-los. A priori, é preciso rever a história para reconhecer que o Brasil é um país formado através de um processo violento de colonização pelos povos europeus, onde os povos originários aqui presentes já detinham diversos conhecimentos, organizações, estruturas de poder e saberes que foram massacrados junto com a vida desses povos originários. Outro processo associado à colonização que colaborou mais ainda para as desigualdades sociais brasileiras foi a escravização de pessoas pretas, sequestradas de África e trazidas ao Brasil.

Características como essas da educação brasileira, herdeira de três séculos de escravidão e com as suas escolas de elite, trazem à mente as palavras de Manacorda

⁵ “Todes” é uma proposta de linguagem não binária ou neolinguagem que busca atender a um fenômeno emergente de regularização de uma marca para identificação não binária de gênero, de acordo com a linguista Raquel Freitag (2021). Isso busca incluir pessoas do gênero masculino, feminino e também outras formas de gênero que não se incluem na lógica binária de gênero: as pessoas não binárias, grupo de pessoas cada vez mais presente no espaço universitário.

⁶ Aqui utilizamos “oprimidos”, tal como concebido por Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido” (2022, p. 60): “O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. Precisamente porque, se sua luta é no sentido de fazer-se Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar, nos polos da contradição”.

(1989, p. 41), para quem, desde que a sociedade se dividiu em dominantes e dominados, “[...] para as classes excluídas e oprimidas [...], nenhuma escola” (Manacorda, 1989, p. 58 apud Bittar; Bittar, 2012, p. 162). Em virtude disso, não é de se admirar que haja até hoje, na história da educação brasileira, opressões que limitem e dificultem o processo de transformação da educação em um direito comum a todos, todas e todes. Para entender melhor essa questão e também a definição “*espaço para além*” apresentada neste estudo, evocaremos alguns conceitos, como *educação libertadora* (Freire, 2022), *espaço político* (Castro, 2018), *espaço público* (Gomes, 2018) e *ambiente facilitador* (Winnicott, 2022).

O processo da colonização no Brasil foi violento: exterminou sociedades originárias, civilizações, conhecimentos e culturas. Sequestrou povos de África, escravizando-os e utilizando deles para enriquecer uma parcela muito seleta de pessoas, a coroa portuguesa. É inegável, pois, impactos irreversíveis através da imposição de uma visão luso-europeia do mundo a essas pessoas. Sob este prisma, constitui-se, portanto, uma grande desigualdade estrutural na formação da sociedade brasileira, em se considerar múltiplas violências e traumas sofridos pela grande maioria de pessoas que para o Brasil vieram desde sua gênese enquanto nação. Ademais, há alguns eventos que, como explica a psicanálise, impactam profundamente a psique humana. Ora, por que não impactariam também de tal maneira a sociedade?

Para a psicanálise, o esquecimento que produz sintoma não é da mesma ordem de uma perda circunstancial da memória pré-consciente: é da ordem do recalque. Somos então obrigados a nos indagar se é possível se falar em um inconsciente social cujas representações recalçadas produzem manifestações sintomáticas (Kehl, 2019, p. 7).

As perguntas surgem diante dos impactos desses processos e, o anseio por suas respostas faz parte da justificativa deste estudo: compreender também o compromisso da universidade federal brasileira diante dessa formação estrutural desigual a partir do entendimento dessa instituição como um *espaço para além*. Espaço este, para além do acesso ao conteúdo dos cursos de graduação e pós-graduação, para além da abstração da experiência acadêmica, para além dos interesses do modo de produção capitalista neoliberal que possam atravessar suas ações. Um espaço de coexistência, de acesso e de inserção nos debates e produções dos novos conhecimentos e de mudanças econômicas, políticas e sociais, portanto, um espaço, sobretudo político, onde os estudantes podem acessar não somente para entrar no mercado de trabalho, mas para serem reconhecidos como sujeitos e sujeitas de sua própria história.

Muito comumente quando nos deparamos com críticas aos espaços públicos, elas não reconhecem a natureza de seu funcionamento e a submetem a processos de desvalorização e descrédito com propósitos ligados à lógica de mercado. Como é possível uma democracia verdadeira sem as interlocuções entre ideias de comunidade política, poder popular, conflitos internos e rotatividade de governantes? (Chauí, 2001) É imprescindível pensar os espaços públicos como espaços avessos à lógica neoliberal do modo de produção capitalista, posto que não são produtos dados e inacabados, além de serem “os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos” (Gomes, 2018, p. 117). Se são, portanto, canal de comunicação e cenário de oposições àqueles que dele quiserem participar, estes são, simultaneamente, espaços políticos – cujo objetivo em ser um lugar de todos, todas e todes, o insere contra o objetivo primário capitalista de obtenção de lucro de uns (estes com privilégios de acesso a múltiplos espaços privados e públicos) em razão da exploração de vários outros.

Espaços políticos são também lugares mobilizados para o confronto. São lugares que clamam a defesa de interesses, negociações e conexões com o poder decisório governamental, qualquer escala ele esteja posto (Castro, 2018). Desse modo, a partir de uma educação libertadora, cria-se caminhos para elaborar no espaço público-político da universidade também os efeitos negativos de tantas desigualdades estruturais. Contudo, para haver a educação libertadora, o espaço da universidade deve propor-se na forma de um *ambiente facilitador*.

Tomamos como educação libertadora, aquilo que Paulo Freire (2022, p. 94) aponta como sendo um ato cognoscente, que problematiza e coloca em contradição quem aprende, não um ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir.

Haja vista que a ideia de educação libertadora esteja associada a uma prática não somente de conscientização das opressões em que os oprimidos se encontram, mas também de busca em superar a contradição opressores-oprimidos (Freire, 2022), fica evidente a carência em entender a superação dessa contradição como um processo ligado a toda uma sociedade. Assim, como dispõe o espaço político-público da universidade, tal superação se configura possível através do desenvolvimento intelectual realizado junto das articulações e interlocuções dos sujeitos e sujeitas oprimidos e oprimidas. Numa relação pedagógica democrática, como bem menciona Chauí (2001,

p.71), “o lugar do saber se encontra sempre vazio e que, por esse motivo, todos podem igualmente aspirar a ele, porque não pertence a ninguém”.

Interlocução entre áreas do conhecimento num ambiente facilitador

Para melhor compreender a discussão sobre o papel social da universidade ainda se faz necessária uma abordagem que exige alusão à psicanálise. Os diálogos, cada vez mais constantes entre as áreas do conhecimento, apontam algo importante: é necessário pensar que, ao analisar um problema, muitas vezes a visão do todo se perde em meio a uma ciência dividida em múltiplas especificidades, fato este que impossibilita uma compreensão mais ampla da realidade analisada. Como cita em seu livro “Um discurso sobre as ciências”, Boaventura de Souza Santos (2008) nos coloca frente a uma crise no paradigma dominante da ciência na atualidade⁷ e a gradual emergência de um paradigma novo, este mais transdisciplinar, isto é, que percebe os saberes ao mesmo tempo entre as disciplinas, pelas diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina.

“A composição transdisciplinar e individualizada para que estes exemplos apontam sugere um movimento no sentido da maior personalização do trabalho científico. Isto conduz à terceira característica do conhecimento científico no paradigma emergente” (Santos, 2008, p. 79).

Sob esta constatação que se consideram necessárias e promissoras as confluências entre a psicanálise e geografia neste estudo – estas embebidas da filosofia, por sua vez.

O conceito de ambiente facilitador, do psicanalista Donald Woods Winnicott (2022), será o entendimento de um ambiente que propicia um crescimento e aprendizado saudáveis àqueles que o acessam, como aponta Silva (2020) ao tratar desse conceito a partir de Winnicott. Este autor criou esse termo com intenções de estudar os processos de amadurecimento humano e pensou o ambiente como um lugar que provê

⁷ A ver sobre esta crise mencionada pelo autor: “A crise do paradigma dominante é o resultado interactivo [sic] de uma pluralidade de condições. Distingo entre condições sociais e condições teóricas. Darei mais atenção às condições teóricas e por elas começo. A primeira observação, que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (Santos, 2008, p. 41).

as condições necessárias para cada período de desenvolvimento do ser humano, o levando a encontrar seu verdadeiro “si-mesmo”. Entretanto, esse ambiente pode falhar de modo que o indivíduo não consiga suportar, o instabilizando “na continuidade de existência do ser, podendo favorecer dificuldades na aprendizagem ou até mesmo o adoecimento psíquico” (Silva, 2020).

De acordo com Serralha (2016, p. 79),

Winnicott reconhecia nas instituições, aquelas parcelas da sociedade que, por meio da estabilidade promovida por seus códigos e normas de conduta, assim como por meio de seus fins, complementavam os papéis parentais, ou, na falta destes, os substituíam. Ao atuar dessa maneira, o ambiente institucional promove as condições básicas para o desenvolvimento do indivíduo como ser social, ou mesmo, para que ele possa, antes de tudo, *vir a ser* um indivíduo.

Como a autora bem cita, o ambiente institucional promove as condições básicas para o desenvolvimento do indivíduo como ser social. Assim como Winnicott percebe os ambientes institucionais de suma importância nos processos de maturação dos indivíduos, Paulo Freire demonstra, através da ideia de educação libertadora (Freire, 2022), como são importantes o espaço e a participação ativa dos estudantes e famílias, a fim de estimular a criatividade e aprendizagem.

À luz dessa temática, subentende-se o espaço da universidade pública também como um cenário de possíveis opressões, ou seja, uma instituição que, quando falha com quem a frequenta (por exemplo, quando a educação não é libertadora, ou quando esse espaço é omissivo aos casos de racismo e outras injustiças que acontecem dentro dele), pode gerar adoecimentos e dificuldades psíquicas. Ademais, como aponta Serralha (2016), instituições também têm seu lugar de importância nesse processo de amadurecimento humano e, visto que Winnicott considerava esse um processo contínuo, tal processo não se acaba na escola.

Assim, há sempre uma loucura do bebê no adulto sadio. Quando falamos do amadurecimento infantil sadio, “sabemos que estamos falando da infância toda, em particular da adolescência; e se estivermos falando da adolescência, estaremos falando de adultos, pois nenhum adulto é adulto o tempo todo” (1986b, p. 81; tr. p. 64). O primado do passado, a redução do existir a uma sequência dos agora ou a perda da abertura para o futuro são sinais de patologias. A estrutura da personalidade do indivíduo winnicottiano que amadurece de modo sadio inclui a relação com o passado, o presente e o futuro, portanto, isto é, com o todo do tempo (Winnicott apud Loparic, 2016, p. 235).

Um exemplo claro de impactos negativos na psique que tem demonstrado tais patologias também no ensino superior é o crescimento de registros do desenvolvimento

de Transtornos Mentais Comuns (TMC) no ambiente universitário, independente da área de conhecimento. Em um estudo realizado pela ANDIFES em associação com a UFU, a “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018” (feita de quatro em quatro anos) traz dados recentes que apontam esse sofrimento psíquico. Segundo a pesquisa nacional, dos 1.200.300 discentes – distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018 – que participaram da pesquisa, 83,5% dos estudantes sofre com dificuldades emocionais, sendo a ansiedade a dificuldade emocional enfrentada por mais estudantes: 63,6%.

Tabela 1. Dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica nos últimos doze meses, 2018 (%)

Problemas ou sensações de:	Não	Sim
Ansiedade	36,4	63,6
Tristeza persistente	77,1	22,9
Timidez excessiva	83,8	16,2
Medo/pânico	86,5	13,5
Insônia/alterações no sono	67,3	32,7
Desamparo/desespero	71,8	28,2
Desatenção/desorientação/confusão mental	77,9	22,1
Problemas alimentares	87,7	12,3
Desânimo/desmotivação	54,4	45,6
Solidão	76,5	23,5
Ideia de morte	89,2	10,8
Pensamento suicida	91,5	8,5
Dificuldades emocionais	16,5	83,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior / ANDIFES (2018, p. 205).

Outro estudo aponta, por exemplo, que estudantes do curso de medicina sofrem com grandes taxas de transtornos e não faltam estudos comprovadores dos adoecimentos gerados pelo estresse desses estudantes e a falta de apoio à saúde mental no ambiente acadêmico.

A prevalência de TMC atingiu 58,8% dos discentes, com maior ocorrência no terceiro ano e nos últimos dois anos. Os resultados demonstram a necessidade de suporte acadêmico, para evitar desdobramentos graves e danosos à saúde mental, como também para uma melhora no acolhimento exercido aos seus futuros pacientes, ampliando a qualidade e humanizando a medicina (Aragão et al., 2017, p. 3).

Tendo noção de como a universidade pública se configura um espaço palco de tantas possibilidades de vivências, evoca-se a ideia, novamente, de *espaço para além*. Não se trata de pensar esse espaço como “salvador” e sim de refleti-lo como um mediador: a universidade é condição para a sociedade democrática, assim como a sociedade democrática é condição para a universidade (Chauí, 2018). Este espaço deve reconhecer seus novos desafios, seus erros e responsabilidades, de modo a abstrair um sentido diferente do processo de aprendizagem como também um processo de vivência. A teoria winnicottiana sobre o amadurecimento em conexão com os dados apontados anteriormente salientam consequências de um espaço que pode cumprir papéis positivos e negativos. Entretanto, se faz relevante a reflexão sobre as práticas desse ambiente, através de uma educação que possibilite o reconhecimento dos sujeitos enquanto participantes ativos de suas próprias narrativas de vida.

A EXTENSÃO FREIREANA COMO MANIFESTAÇÃO DO PAPEL UNIVERSITÁRIO E O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

No que tange ao compromisso universitário como uma alternativa de ação para a educação libertadora dos estudantes, temos como premissa que um dos papéis fundamentais para alcançar a mobilização e conquista da democracia verdadeira seria o da extensão universitária junto à comunidade. Ora, posto que o espaço público-político universitário e a sociedade democrática são condições um para o outro, dentre os pilares da universidade, é a extensão quem cumpre o papel mais próximo disso. Embora se entenda que esse seja o melhor caminho para a o alcance do compromisso universitário com a educação libertadora, é imprescindível reiterar o entendimento da extensão na forma de comunicação.

Como aponta Freire em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (Freire, 2004), há uma limitação dessa palavra “extensão”, no que diz respeito ao que ela propõe e o que, de fato, deveria propor a universidade como forma de ação.

Não será com o equívoco gnosiológico que se encontra contido no termo “extensão” que poderemos colaborar com os camponeses para que substituam seu comportamento mágico em termos preponderantes, por uma forma crítica de atuar. A extensão em si mesma (e, quando não o é, está sendo mal denominada) enquanto é um ato de transferência, nada ou quase nada pode fazer neste sentido (Freire, 1983, p. 37) [sic].

Ainda segundo Freire, este é um termo que pressupõe uma das partes ter um saber inferior (que precisa *receber*, pois não tem), e a outra, um saber superior (que *estende* e alcança a outra parte, pois tem), por isso um ato de transferência. Por conseguinte, seria relevante pensar essa ação extensionista sob outra perspectiva: a da comunicação. Através dela, os indivíduos conseguiriam se apropriar criticamente de suas posições ocupadas com os demais no mundo e isso geraria neles o reconhecimento próprio de sujeitos transformadores do mundo (Freire, 1983). Desse modo, o espaço para além mencionado da universidade, atenderia a seu caráter político público de contradição, manifestação de conflitos e garantia da manifestação diversa de ideias.

Com o objetivo de conhecer as ações de extensão de uma instituição federal e os possíveis impactos dessa instituição na sociedade, seguem alguns dados sobre as ações de extensão feitas numa universidade localizada no estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cujos campi estão localizados nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, na região do Triângulo Mineiro.

Salientamos que não é somente pela extensão que se conhece o compromisso de uma universidade com a educação libertadora dos estudantes, mas nesse trabalho damos atenção à ela, por entender que extensão é a expressão *sui generis* da relação da universidade com a comunidade, o que apontamos acima como fundamental para esse compromisso da universidade.

Dados da Extensão na UFU cadastrados no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEX)⁸ de 2010 a 2022 foram apresentados na ferramenta PowerBI, inclusa no pacote Office365, e foram disponibilizados online pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da Universidade Federal de Uberlândia (PROEXC-UFU) sob a forma "Evolução da Extensão na UFU". O registro e a transparência viabilizados pelo SIEX desde sua criação em 2010 (reflexo da lei de transparência em 2009⁹) tornam possível verificar ações de extensão feitas pelos sete campi da instituição desde 2010.

É necessário apontar que a instituição em questão foi autorizada a funcionar em 1969 e federalizada em maio de 1978, ou seja, completa em 2023, 45 anos de

⁸ Universidade Federal de Uberlândia. SIEX, Sistema de Informação de Extensão. Disponível em: www.siex.proexc.ufu.br/. Acesso em 11 out. 2023.

⁹ A lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 estabelecia a disponibilização em tempo real de informações das finanças da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

federalização¹⁰. Isso deve ser levado em consideração visto que projetos, publicações e outras ações extensionistas de 1978 a 2010 não foram registradas pela plataforma de registros de extensão SIEX-UFU, apontando para a subnotificação de ações de extensão no decorrer de trinta e dois anos antes da criação da plataforma em 2010, como consequência das políticas de transparência das universidades federais de 2009.

Ademais, quando foi procurado o valor total de ações diretamente na plataforma de registros SIEX para realização desta pesquisa, a plataforma não exibe a coluna numérica de registros (na unidade 7), aparentando terem sido registradas apenas 1215 ações. Foi necessário somar os subvalores para averiguar o valor total apresentado pela plataforma (chegando ao resultado de 12.157 ações na consulta feita em 10 de outubro de 2023). Logo, se chegou a essa informação através do número total no canto inferior direito que estava incoerente com o da tabela, como demonstram os destaques em vermelho na imagem da última consulta realizada na plataforma que inclusive, no momento da tomada do print, já havia admitido mais registros de ações de extensão (conforme figura 1).

Outra situação relevante foi a subnotificação de dados no SIEX em relação aos dashboards da ferramenta PowerBI, que apontam para um número superior de 16.792 ações (2010-2022), enquanto que mesmo considerando o ano de 2023, o SIEX aponta no presente momento de realização desta pesquisa 12.497 ações registradas (de 2010 até o dia 30/11/2023).

¹⁰ O site institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está disponível em: ufu.br/institucional.

Figura 1. Consulta realizada em 20/10/2023 à plataforma SIEX-UFU, para demonstrar a defasagem na disposição dos números na coluna circulada em vermelho à esquerda da imagem.

Registro	Ano Base	Título	Modalidade	Início	Término	Unidade
1220 30017	2023	Técnicas de Detecção e Diagnóstico de Falhas em Equipamentos Elétricos	Curso/Oficina	16/10/2023	19/10/2023	Faculdade de Engenharia Elétrica
1220 30019	2023	Uso do R para Análise de Dados	Curso/Oficina	09/10/2023	09/10/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30020	2023	Uso de Inteligência Artificial na Pesquisa	Curso/Oficina	10/10/2023	10/10/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30021	2023	Wings - Informática Básica	Curso/Oficina	03/10/2023	24/10/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30023	2023	Wings - Informática Básica (turma extra)	Curso/Oficina	11/10/2023	01/11/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30024	2023	Wings - Introdução à Lógica de Programação	Curso/Oficina	14/10/2023	04/11/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30026	2023	NEUROCIÊNCIA NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE	Evento	17/10/2023	17/10/2023	Instituto de Ciências Humanas do Pontal
1220 30033	2023	Promoção do Curso de Gestão da Informação para alunos de Ensino Médio	Evento	23/10/2023	23/10/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1220 30035	2023	Workshop Python: Crie seu Jogo da Cobrinha	Curso/Oficina	01/11/2023	01/12/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30036	2023	MINT - Movimento em Inovação e Tecnologia	Evento	04/10/2023	05/10/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30038	2023	Oficina de Geociências com escolas do município de Monte Carmelo	Evento	19/10/2023	20/10/2023	Instituto de Geografia
1221 30041	2023	Wings - Pacote Office	Curso/Oficina	07/11/2023	29/11/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30042	2023	Wings - Python Básico	Curso/Oficina	11/11/2023	02/12/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30043	2023	Cartilha de inclusão digital para pessoas da terceira idade	Publicação	15/08/2023	01/12/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30045	2023	SARAU DAS MARGARIDAS: POESIA POPULAR, FEMINISTA, ANTIRRACISTA E ANTIPATRIARCALISTA	Evento	10/11/2023	10/11/2023	Instituto de Letras e Linguística
1221 30046	2023	Palestra: "Habilidades e desafios do empreendedorismo feminino"	Evento	06/11/2023	06/11/2023	Faculdade de Gestão e Negócios
1221 30050	2023	Feirinha Solidária da UFU	Projeto	01/01/2023	31/12/2023	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - CIEPS
1221 30058	2023	A fermentação do trigo no preparo de pizza	Curso/Oficina	18/10/2023	19/10/2023	Instituto de Química
1221 30066	2023	Prosa Científica: o uso de plataformas digitais como ferramentas entre estudantes e o mercado atuação	Publicação	01/01/2023	30/07/2023	Instituto de Química
1222 30116	2023	Undershesh - festival underground	Evento	25/11/2023	25/11/2023	Instituto de Filosofia

Fonte: Sistema de Informação de Extensão, SIEX-UFU (2023).

O registro e transparência de dados como esses são importantes para a identificação da realização do papel extensionista da IFES, bem como para avaliar e planejar políticas administrativas e acadêmicas em relação às ações de extensão na instituição, o que pode ser conhecido na UFU por meio dessa plataforma de registros por apenas 13 dos 45 anos de contribuições da universidade em questão.

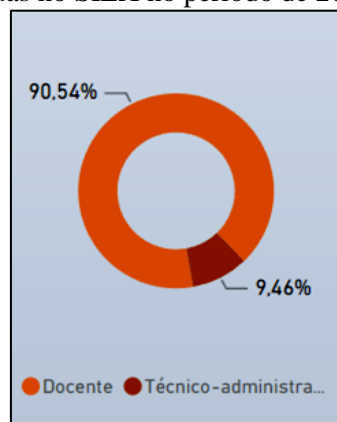
Considerando os dados da plataforma SIEX-UFU dos últimos 13 anos, destaca-se que o sistema prevê seis modalidades de ações de extensão e cultura: curso/oficina, eventos, prestação de serviços, programa, projeto e publicação. Assim, de acordo com o SIEX-UFU, foram registradas um total de 12.157 ações registradas desde o ano de 2010 até 10/10/2023, incluindo algumas poucas ações que já foram registradas em 2023 para serem iniciadas ou finalizadas em 2024. Para averiguar os dados do SIEX, encaminhou-se um e-mail para a PROEXC da universidade, a qual informou outro número de ações entre 2010 e 2023: 18.819 atividades, apontando novamente para uma subnotificação da plataforma SIEX. Abaixo, encontram-se os dados oficiais para análise nesta pesquisa, coletados no dashboard da “Evolução da Extensão na UFU” do período de 2010-2022.

Gráfico 1: Atividades de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) aprovadas por ano no SIEX, no período de 2010 a 2022.



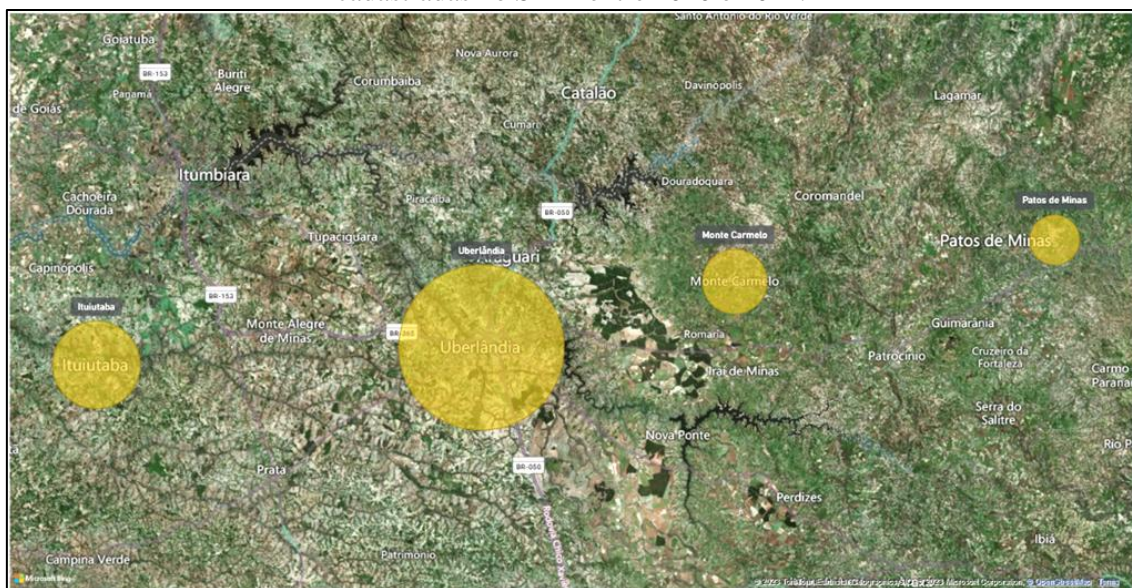
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 2: Coordenação Geral das ações de extensão na UFU, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

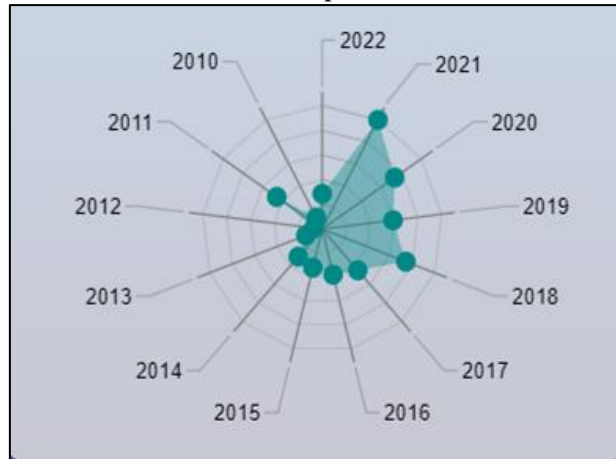
Figura 2: Quantidade de ações de extensão nos Campi da UFU, cadastradas no SIEX entre 2010 e 2022.



Uberlândia: 14.155 ações
 Ituiutaba: 1.781 ações
 Monte Carmelo: 542 ações
 Patos de Minas: 314 ações

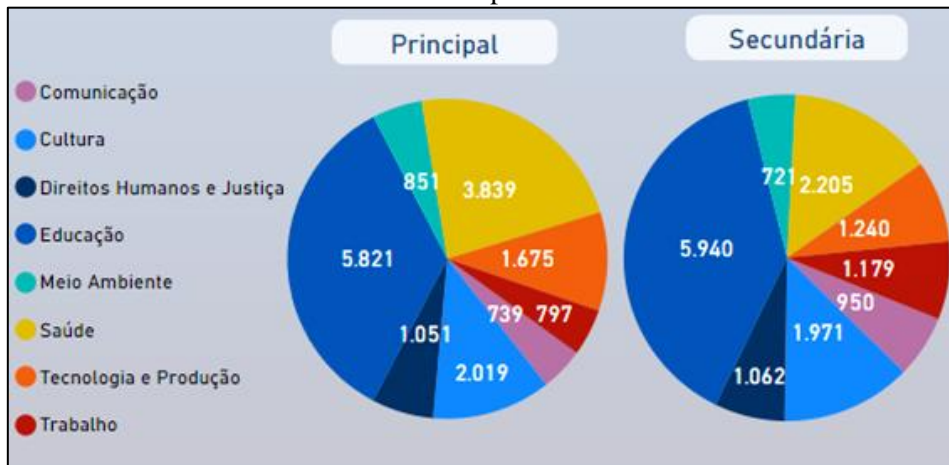
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 3: Público direto participante das ações de Extensão na UFU, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



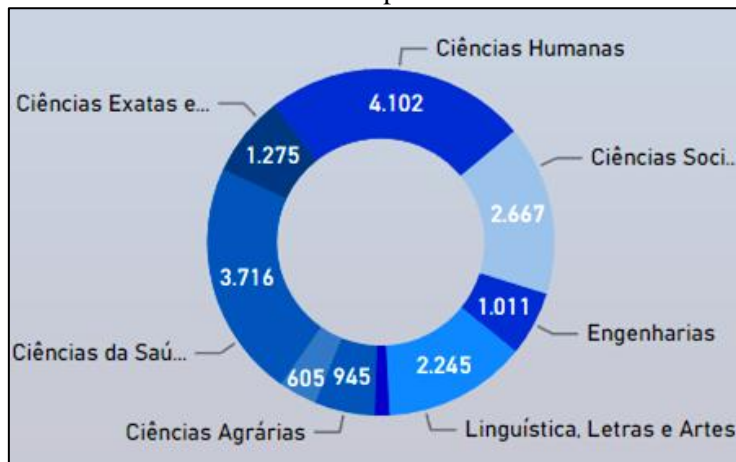
Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 4: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Áreas Temáticas, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Gráfico 5: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Áreas do Conhecimento, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



Fonte: PROEXC-UFU (2023).

Ao analisar os dados da “Evolução das atividades de Extensão na UFU” do período de 2010 a 2022, encontra-se um total de 16.792 atividades aprovadas, sendo possível identificar no gráfico 1, uma crescente em número de atividades aprovadas, aumentando a cada ano, sendo 2022 o ano de mais aprovações: 2.097 atividades. A maioria delas (90,4%), como se pode perceber através do gráfico 2, foi coordenada pelos docentes da UFU. A figura 2 também nos aponta uma maior expressividade de ações na cidade de Uberlândia, a qual possui três unidades (nos bairros Santa Mônica, Umuarama e Glória).

Em relação ao público direto, o número também foi bastante expressivo: 18.137.541 participaram diretamente¹¹. Em relação aos anos, 2021 obteve mais participação direta do público, como demonstra o gráfico 3. A área temática com maior número das ações foi a da Educação e em segundo lugar, a Saúde (gráfico 4). Outra consideração interessante foi a separação das atividades por áreas de conhecimento: 4.102 em ciências humanas e 3.716 em ciências da saúde. No total, foram emitidos dessas atividades 930.912 certificados, como mostra de modo geral a figura 2.

Desse modo, as ações registradas no período de 2010 a 2022 demonstram as quantidades e variedades de ações de extensão que a Universidade Federal de Uberlândia tem se esforçado em realizar, além de uma crescente valorização do papel da extensão na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão na instituição, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária, cujas cinco diretrizes são as seguintes: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social” (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012, p.16).

Os documentos que regulamentam as atividades extensionistas recentes da UFU revelam uma significativa autonomia na forma como as unidades dos cursos preparam e organizam suas atividades de extensão. Um exemplo disso é como a

¹¹ Segundo o PROEXC: “O dado de público direto no SIEIX é preenchido pelo proponente da atividade de extensão no âmbito da UFU com a estimativa de participantes internos e externos à UFU; coparticipantes do processo de construção e executores da ação. Para tanto, a PROEXC orienta aos proponentes que considerem o nível de atendimento possível, como capacidade de espaço físico, ou ainda, a média das últimas ações semelhantes”. Ressaltamos que, nesse caso, o número de público pode se sobrepor nas atividades, de maneira que uma mesma pessoa pode participar de várias ações, sendo contabilizada sua participação em cada uma na somatória do público atendido.

resolução nº 25/2019 estabelece a “Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019). Isso confere uma melhor adaptação à realidade das unidades de cada curso e também adaptação às especificidades que as ações extensionistas exigem em cada grade curricular; pois, de acordo com o artigo 12 (capítulo 3) da resolução SEI/UFU nº 25/2019:

Art. 12. As Coordenações de Extensão das Unidades Acadêmicas e Especiais de Ensino devem elaborar o Plano de Extensão da Unidade (PEX), conforme normatização específica, e submeter à apreciação e deliberação do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX).

§ 1º O Plano de Extensão da Unidade deve considerar o potencial de contribuição de cada área do conhecimento para o desenvolvimento humano, social, político e cultural da população, induzindo à inserção social dos estudantes da graduação, da pós-graduação, da educação básica ou da educação técnica, bem como dos servidores em diferentes contextos (Universidade Federal de Uberlândia, 2019).

No capítulo 2 da resolução, “Das diretrizes, dos princípios e dos objetivos”, levanta-se a hipótese de que há um entendimento de extensão como comunicação nesta instituição pública, visto que consta no item 1 das diretrizes da extensão das IFES: “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade configurada pelo diálogo, a troca de conhecimento, a participação e o contato com as questões sociais complexas contemporâneas” (Universidade Federal de Uberlândia, 2019), sendo essa interação dialógica uma interação na forma de comunicação, a qual entende-se ser fundamental para a universidade alcançar o compromisso com uma educação libertadora, tal como apresenta Paulo Freire.

Destaca-se na resolução a caracterização das modalidades de ações extensionistas previstas na instituição, o que auxilia os proponentes a conhecer a diversidade de possibilidades de ação e adequar seu planejamento, execução e avaliação de acordo com as respectivas características. A seguir apresentamos a classificação de modalidades das ações de extensão da plataforma SIEX-UFU e da resolução nº25/2019:

Art. 3º A extensão na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) deverá ser organizada nas seguintes modalidades: I – **Programa** – é um conjunto de projetos ou outras atividades extensionistas inter-relacionadas com objetivos gerais comuns; II – **Projeto** – conjunto de atividades com objetivo específico e prazo determinado, podendo ter vinculação a algum programa institucional ou de natureza governamental, que atendam a políticas dos entes federativos. III – **Curso/Oficina** – conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, voltado para a formação continuada, o aperfeiçoamento ou a disseminação de conhecimento; IV – **Evento** – ações que envolvam organização, promoção ou atuação, implicando apresentação pública mais ampla, livre ou para clientela definida e que objetivam a difusão de conhecimentos, processos ou produções

educacionais, artísticas, culturais, científicas, esportivas ou tecnológicas desenvolvidas, acumuladas ou reconhecidas pela Universidade; e V – **Prestação de Serviço** – atividades de caráter permanente ou eventual que compreendam a execução ou a participação em tarefas profissionais fundamentais em habilidades e conhecimentos de domínio da Universidade que se transferem ou se intercambiam com a sociedade, cuja prestação de serviço deve ser de um ou mais dos interesses: a) educacional; b) social; c) cultural; d) artístico; e) científico; f) filosófico; g) tecnológico; h) esportivo; e i) de inovação (Universidade Federal de Uberlândia, 2019, grifo nosso).

Entretanto, observa-se uma discrepância entre a classificação de modalidades das ações de extensão da plataforma SIEX-UFU e da resolução nº25/2019: a resolução estabelece apenas cinco modalidades enquanto a plataforma SIEX estabelece seis, sendo “publicações” a sexta modalidade apresentada apenas na plataforma do sistema. Apesar disso, a construção e evolução da extensão na UFU demonstram terem cada vez mais se transformado ao longo do tempo. Como dito antes, uma universidade enquanto espaço para além também percebe seus desafios e tenta construir caminhos para garantir seu espaço político-público uma possibilidade para todos, todas e todes, entendendo também o sentido de coletividade dessa construção, seus impactos dentro e fora dos muros universitários.

A partir desta perspectiva, foi possível encontrar sinais de uma construção dialógica para um espaço para além também através do Dashboard de “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável UFU”, também disponibilizado pela PROEXC-UFU. A Universidade Federal de Uberlândia aderiu à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU por meio dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Os 17 ODS e a agenda da ONU formam um guia que objetiva construir, até 2030, enfrentamentos a questões sérias como pobreza, sustentabilidade, inclusão social, paz, entre outros. Como se observa abaixo, as ações de extensão registradas no SIEX possuem grande importância para tais objetivos. Entre os objetivos mais contemplados por ações de extensão da UFU encontram-se o 4 - Educação e Saúde (1.738 ações), o 3 - Saúde e Bem-Estar (971 ações) e o 10 - Redução das desigualdades (520 ações), além dos outros quatorze objetivos contemplados.

Figura 3: Quantidades das atividades de Extensão na UFU por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável UFU, cadastradas no SIEX no período de 2010 a 2022.



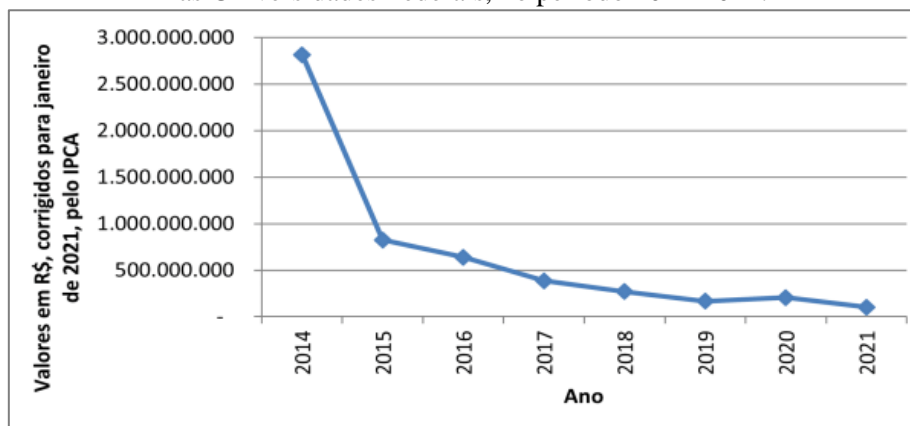
Fonte: PROEXC-UFU (2023)

Embora a significativa quantidade de ações demonstradas no caso da UFU demonstre o quanto essa instituição tem destinada atenção às políticas extensionistas, buscando construir-se por princípios dialógicos que visam conectar sociedade e universidade, a UFU, assim como as IFES em geral, encontram-se frente a constantes percalços ocasionados pela crescente desvalorização por parte do governo federal, a exemplo de grandes bloqueios orçamentários vivenciados em 2016. As universidades públicas têm sofrido graves consequências da falta de políticas governamentais ou mesmo de políticas contraditórias às finalidades das mesmas, como por exemplo, o aumento expressivo de contingenciamentos de verbas das universidades federais desde a emenda constitucional 95, aprovada em 2016, que previa a redução progressiva de recursos orçamentários para saúde e educação.

Ademais, de acordo com Araújo e Macedo (2022), tal fato se agravou mais ainda quando se analisa o orçamento do Ensino Superior no governo Bolsonaro, verifica-se progressivamente uma redução no orçamento autorizado nos anos de 2019 a 2021. Segundo eles, houve uma baixa no orçamento de 15,32% em 2021 com relação a 2019 (6,53 bilhões). Não obstante seja um cenário que prejudica o funcionamento das

IFES, notaram-se ainda outras reduções de verbas: as verbas destinadas aos investimentos nas Universidades Federais, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3. Evolução dos recursos financeiros associados aos investimentos nas Universidades Federais, no período 2014-2021.



Fonte: Brasil, Câmara dos Deputados, 2021 (apud Araújo e Macedo, 2022).

Isso demonstra a importância do estabelecimento e consolidação de políticas públicas, e não apenas governamentais, que valorizam e incentivam ações nas universidades que promovam seu compromisso com a educação libertadora. O oposto disso constitui-se em ações governamentais que reduzem verbas na educação, direcionam processos de privatizações e, por consequência, no que tange à comunicação com a comunidade externa às universidades, atuam pautados na concepção de transferência; transformando o espaço da universidade num *espaço para alguém: para alguém* dos debates sociais, *para alguém* da classe trabalhadora e dos oprimidos, *alguém* das construções em coletivo, mas sobretudo, *alguém* dos interesses em construir uma democracia verdadeira. Os contingenciamentos e bloqueios orçamentários às universidades federais, bem como constantes ataques ao seu papel na sociedade, ocorridos, principalmente, nos quatro anos de governo do presidente Bolsonaro, conforme apresentados por Araújo e Macedo (2022), demonstram e comprovam o caráter político público dos espaços universitários. Para demonstrar a situação de manutenção sofrível que foi se tornando a das IFES durante um governo alinhado às oligarquias tradicionais, tomamos dados apresentados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2023), segundo a qual, os bloqueios orçamentários vieram com cada vez mais frequência a partir de

2019¹². Só em 2020, por exemplo, o orçamento da Capes ficou 48% menor, enquanto o CNPq teve uma queda de 87% para fomentos para projetos de pesquisa e bolsas para 2020.

Em meio a tais acontecimentos ficam clara as estratégias de fragilização da educação superior pela lógica neoliberal do modo de produção capitalista, “ao tempo em que precariza as condições de trabalho existentes pela falta de manutenção e reposição de sua infraestrutura e de pessoal” (Araújo; Macedo, 2022). Outrossim, isso demarca o compromisso que a universidade deve ter com a democracia frente a tais situações impostas e, por consequência, com a educação libertadora dos estudantes que a acessam. Algo que exemplifica isso, por exemplo, é o fato de as dívidas públicas dos Estados nacionais refletirem a opção preferencial pela acumulação e reprodução do capital do neoliberalismo, que “significa também que a luta democrática das classes populares está demarcada como luta pela gestão do fundo público, opondo-se à gestão neoliberal” (Chauí, 2001, p.181).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se a importância de garantir às IFES a manutenção de seu funcionamento, tendo em vista sua relação com a educação libertadora dos estudantes. Esse espaço da universidade se coloca como um espaço para além, pois esse também é um espaço de debate, confrontos intelectuais, negociações e conexões com o poder em qualquer escala que ele esteja posto. Considera-se, assim, que a condição pública desses lugares que, resistente à dominação da lógica neoliberal do modo de produção capitalista, luta pela manutenção do sentido político a esse espaço, e sua importância na sociedade.

O Brasil formou-se estruturalmente através de processos de colonização, ou seja, através da desumanização e opressão de povos originários do Brasil e escravizados de África. Isso configurou na gênese da nação brasileira uma desigualdade social estrutural muito grande. A história desse país perpassa pela exploração de grupos sociais, concedendo privilégios às classes mais favorecidas economicamente, enquanto

¹² Para mais informações, consultar o “Painel Andifes de informações orçamentárias” (2023) no site andifes.org.br.

a classe trabalhadora segue acessando o mínimo. A partir desse processo histórico que a educação brasileira se forma também, refletido o mesmo processo.

Entretanto, constitui-se também na educação a possibilidade de questionar esse processo, elaborá-lo e oferecer condições para que seja possível constituir uma vida digna em sociedade. Sendo a instituição de ensino superior um espaço político-público capaz de oferecer condições para além do que já foi visto na educação básica, esta se faz ao mesmo tempo um espaço para além. Embora isso seja compreendido, é necessário entender que existem condições para que isso aconteça. Uma delas é perceber que a educação libertadora se constrói em associação com um ambiente facilitador. Outra condição é interpretar a sociedade e a universidade como aliadas na construção de uma civilização democrática. E através, por exemplo, da extensão na forma de comunicação que isso se prova possível: a dialogicidade presente nas ações IFES-sociedade e sociedade-IFES permitem interlocuções importantes, ao considerar todos sujeitos transformadores no processo.

Na escala local de análise das ações extensionistas da Universidade Federal de Uberlândia, foi possível concluir um compromisso com o “Plano Nacional de Extensão Universitária”. O plano nacional estabelece as ações de extensão como dialógicas, ou seja, ações que devem envolver a sociedade e considerá-la nesse processo. Essa diretriz reflete uma ideia freireana de extensão na forma de comunicação. Assim, as diretrizes extensionistas da UFU refletem também a noção freireana de extensão na forma de comunicação, seguindo o plano nacional. Além de um total de 16.972 ações cadastradas no SIEX-UFU no período de 2010 a 2022, foi possível encontrar no gráfico de evolução da extensão na UFU dados oficiais da instituição referente a esse período, com um número significativo de público beneficiado diretamente por tais ações extensionistas: um total de 18.137.541 participações. Logo, a UFU demonstra não só em suas diretrizes e planos um compromisso com as políticas de extensão, mas também concretamente em suas ações, conforme a quantidade expressiva de ações realizadas e de público direta e indiretamente beneficiado por elas através desse período, numa possível busca por reconhecer e reverter o histórico distanciamento das instituições de ensino superior com a sociedade.

O cenário da atual política de extensão na UFU permite visualizar que há uma busca crescente pela construção de condições possíveis nesta universidade para seus

estudantes terem acesso a uma formação superior que reconhece a importância da comunicação com a sociedade e de seu papel transformador de mundo.

Embora isso esteja posto, a forma como os governos federais valorizam as universidades públicas, a exemplo do destino dos orçamentos às universidades, denuncia seu compromisso com a educação superior da população brasileira. Enquanto a educação superior não for tomada como um investimento e não gasto, será muito sufocante o caminho para democratizar as universidades e educar os estudantes na perspectiva da educação libertadora e como um direito comum a todos, todas e todes de fato.

Neste caminho se faz necessário o diálogo com a sociedade, pois, ainda que a universidade tenha um histórico de ações de extensão, nem sempre fez sob a forma freireana de dialogicidade com a sociedade, de reconhecimento do saber de outros sujeitos. Nesse sentido, os planos nacionais de extensão desde 2010 têm sido importantes para o conhecimento desses desafios em escala nacional.

O esforço da construção de um saber em coletivo, tendo em vista o espaço de caráter político-público da universidade é um desafio permanente. Nota-se que um caminho que tem sido percorrido na UFU em busca disso tem se dado por meio de resoluções internas, construções de planos de atividades e registros como o SIEX, anuários e tabelas de dados de extensão amplamente divulgados com clareza e transparência pela instituição.

REFERÊNCIAS

ABE, S. K. (entrevistadora). Educação a todas, todos, todes: linguagem não binária na sala de aula. Entrevistada: Raquel Freitag. **Cenpec**. 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/linguagem-nao-binaria-na-sala-de-aula>. Acesso em: 26 set. 2023.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Universidades Federais**. Uberlândia. 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wpcontent/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2023.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Painel Andifes de informações orçamentárias**. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWEOYTQzY2EtN2RjMS00NDZkLWEwZTYtNzViN2Q1OGVmOGRiIiwidCI6IjMyMTEyODk1LTEwNzItNDFiZS04MjVjLWExNzlhNmYyMzFiNiJ9>. Acesso em: 11 out. 2023.

ARAGÃO, J. C. S.; CASIRAGHI, B.; MOTA, ÉRICA M.; ABRAHÃO, M. A. B.; DE ALMEIDA, T. A.; BAYLÃO, A. C. DO P.; ARAÚJO, P. A. M. T. Saúde mental em estudantes de medicina. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, n. 14, p. 038-041, 2017.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v.34, n.02, p.157-168, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012012000200002&script=sci_abstract. Acesso em 14 set. 2023.

CAPES. **Portal de Periódicos da Capes**. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em: 11 out. 2023.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM: maio 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 82 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero, 1914. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Lúcia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. 2011. Tese apresentada ao concurso público para obtenção de título de Livre-Docente em Psicologia da Educação junto ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru - 2011.

PEREIRA, Alexandre de J.; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas, A Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais. **Revista Augustus**, n. 5, v. 25, p.219-136, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p219>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRALHA, Conceição Aparecida. **O ambiente facilitador winnicottiano: teoria e prática clínica**. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Fernanda Xavier de Jesus. **O ambiente facilitador em Winnicott e o aprendizado da matemática**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Conheça a UFU**. Disponível em: <https://ufu.br/institucional>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. Resolução n. 25/2019 de 26 de novembro de 2019. Dispõe sobre a **Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia**. SEI nº 1710556, Uberlândia, MG, 26 nov. 2019. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2019-25.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Evolução da Extensão na UFU**. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/servicos/evolucao-da-extensao-na-ufu>. Acesso em: 01 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. Colegiado de Extensão do Instituto de Geografia. **Plano de Extensão da Unidade - PEX** de 18 março de 2022. Plano de Extensão do Instituto de Geografia. SEI nº 3448182, Uberlândia, MG, 18 mar. 2022. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGn. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **PROEXC, Pró-reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/direc>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **PROPLAD, Pró-reitoria de Planejamento e Administração**. Disponível em: <http://www.proplad.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/anuarios>. Acesso em: 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **SIEX, Sistema de Informação de Extensão**. Disponível em: <https://www.siex.proexc.ufu.br/>. Acesso em 11 out. 2023. UrE5R5r7BS8vHUCD92hJS2OnKxCfPT3AqDla_q9ZE3hG8d9J3V6bxIZI3HnWtU4ERxHZxXjn9EXtq.

WINNICOTT, D. W.. **Home is Where We Start from**. London: Penguin. Tradução brasileira: Tudo começa em casa (1986). São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, D. W.. **Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Ubu Editora, 2022.